

Para técnicos, só reativação resolve

1.1 AGO 1983

Os economistas Carlos Antonio Rocca, presidente do Conselho de Administração do Mappin, e Celso Luís Martoni, da Universidade de São Paulo, indicaram ontem como medida indispensável a renegociação da dívida externa, para que o Brasil consiga superar a atual crise econômica. No seminário "Semana de Economia-1983", promovido pelo Conselho Regional de Economia, Ordem e Sindicato dos Economistas de São Paulo, Rocca afirmou que, além do reescalonamento dos vencimentos da dívida, qualquer solução para enfrentar a atual crise exige, necessariamente, uma reativação da economia.

O ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo condenou a política recessiva que vem sendo praticada, por entender que os problemas de desemprego atingiram níveis tão alarmantes que é preciso

reverter esse processo, procurando aumentar, o mais rápido possível, a oferta de empregos. De qualquer maneira, as saídas apontadas por Rocca dependem de maior compreensão dos países desenvolvidos em três pontos: os credores externos teriam que concordar com o prolongamento dos prazos de vencimento para, inclusive, terem esperança de que receberão o principal; os países industrializados teriam que reativar suas economias, para facilitar a recuperação brasileira; e os governos desses países deveriam abandonar as medidas protecionistas para que os produtos brasileiros pudessem manter o acesso a esses mercados.

Mesmo que esses requisitos externos sejam atendidos, o ex-secretário da Fazenda considera que a reorganização da economia nacional levará algum tempo para ser feita e implicará, necessariamente, uma re-

dução do consumo e redistribuição de sacrifícios. Sob esse aspecto, ele disse ser fundamental o fortalecimento dos instrumentos políticos, para que a sociedade possa decidir de que maneira será feita a redistribuição dos custos da reorganização econômica interna.

MAIS CORAGEM

Celso Luiz Martoni, que participou como debatedor da palestra de Rocca, disse que o governo brasileiro não precisa ficar na dependência da boa vontade dos credores para fazer o reescalonamento da dívida. Caso continue havendo resistência externa a essa opção, Martoni entende que o Brasil poderia forçar a decisão, decretando, por exemplo, uma suspensão total dos pagamentos de compromissos externos, por um período de 90 dias "para quebrar esse marasmo e forçar uma solução negociada".